

Transtornos mentais e trabalho: implicações e possibilidades

Mental disorders and work: implications and possibilities

Mariane Henriques França¹

Maria Carmen Viana¹

¹Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória/ES, Brasil.

Os transtornos mentais se constituem em importantes obstáculos não somente para a plenitude da saúde humana, mas também para o desenvolvimento e crescimento econômico mundial. Os indivíduos que convivem com essas morbidades apresentam diversos níveis de incapacitação, que representam perdas incalculáveis em nível individual, local e mundial.

De acordo com o Fórum Econômico Mundial realizado na Suíça em 2011, os prejuízos relacionados aos transtornos mentais serão responsáveis pela perda de US\$ 16,1 trilhões nos próximos 20 anos, e representarão um impacto dramático em termos de desemprego, incapacidade, falência nos sistemas de seguridade social, além de perda de produtividade e qualidade de vida dos indivíduos afetados e de suas famílias¹. As perdas atribuídas aos transtornos mentais excedem as da diabetes, do câncer e das doenças pulmonares, visto que tais transtornos tendem a estar associados a outras doenças, como as cardiovasculares, a demência e a diabetes, compartilhando mecanismos subjacentes e, por vezes, potencializando umas às outras², além de apresentar início mais precoce e gerar maior incapacitação.

Com início precoce, os transtornos mentais podem limitar o desenvolvimento profissional e conseqüentemente gerar aos indivíduos afetados dificuldade de ingressarem no mercado formal de trabalho, resultando em exclusão social e perda da individualidade, dignidade e garantia de cidadania, além de onerar familiares ao assumirem alta carga psicossocial e financeira. Pesquisas epidemiológicas têm demonstrado que indivíduos com transtornos mentais enfrentam barreiras para entrar no mercado de trabalho tanto devido a características individuais, como o baixo nível educacional, a baixa produtividade, a baixa renda, a ligação ao processo de estar doente e ao estado de invalidez, quanto societárias, como a dinâmica desfavorável e excludente do mercado de trabalho, a falta de serviços de saúde mental apropriados e acessíveis, a discriminação da força de trabalho, as falhas da legislação de proteção às pessoas com transtornos mentais e a falta de programas de incentivo de trabalho específicos para pessoas com transtornos mentais³. Ao adoecer, indivíduos com transtornos mentais geram prejuízos financeiros devido à baixa produtividade e redução qualitativa no desempenho, o que aumenta a probabilidade de demissão e dificulta a reinserção no mercado trabalho.

Assim, como a compreensão de que a relação entre transtornos mentais e trabalho é complexa e bidirecional, e que ainda pouco se sabe acerca do nexos causal dessa relação, é fundamental buscar novas estratégias as quais contribuam para a descoberta de manejos eficazes de assistência à saúde biopsicossocial dos indivíduos com transtornos mentais, já que atualmente esse empenho tem sido tortuoso e lento. Múltiplos fatores são responsáveis por isso, e a busca pelo conhecimento e novas proposições estratégicas de intervenção devem pautar-se na interseção de fatores relacionados ao estigma associado aos transtornos mentais, aos contextos em mutação em relação às necessidades de saúde mental, à limitada disponibilidade e/ou aplicação de tecnologias e modalidades alternativas de avaliação e tratamento dos transtornos mentais, aos escassos recursos destinados aos cuidados da saúde mental e da investigação, particularmente em relação à identificação da fisiopatologia dos transtornos mentais, e à falta de parcerias para pesquisa⁴.

A necessidade de novas iniciativas políticas que norteiem os cuidados em saúde mental e seus prejuízos ligados à incapacidade para o trabalho deve incluir um sistema abrangente de serviços e suporte para enfrentar barreiras como o acesso à assistência, incluindo o tratamento e a cobertura de medicamentos prescritos, especialmente os de alto custo, serviços clínicos e profissionais integrados, moradia segura e estável que não pode ser ameaçada por alterações da renda. Além deles, melhoria na educação e formação profissional, educação financeira, assistência jurídica para lidar com a discriminação no trabalho, apoio e ajuda para melhorar a imagem profissional e incentivar o apego e vigor ao trabalho, e a participação ativa das empresas no acompanhamento dos trabalhadores com problemas de saúde mental⁵.

REFERÊNCIAS |

1. Bloom DE, Cafiero ET, Jané-Llopis E, Abrahams-Gessel S, Bloom LR, Fathima S, et al. The global economic burden of noncommunicable diseases. Genebra: Fórum Econômico Mundial; 2011.
2. Anisman H, Merali Z, Hayley S. Neurotransmitter, peptidic processes and cytokines in relation to depressive disorder: comorbidity of depression with neurodegenerative disorders. *Prog Neurobiol.* 2008; 85(1):1-74.
3. Brohan E, Thornicroft G. Stigma and discrimination of mental health problems: workplace implications [editorial]. *Occup Med Lond.* 2010; 60:414-5.
4. Merali Z, Anisman H. Deconstructing the mental health crisis: 5 uneasy pieces. *J Psychiatry Neurosci.* 2016; 41(4):219-21.
5. Patel V, Chisholm D, Parikh R, Charlson FJ, Degenhardt L, Dua T, et al. Addressing the burden of mental, neurological, and substance use disorders: key messages from *Disease Control Priorities*, 3rd edition. *Lancet.* 2016; 387(10028):1672-85.